



Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas.

É com imenso prazer que publicamos o segundo número do volume oito da Revista *Temporalidades*, cujo principal objetivo é contribuir com os debates acadêmicos e historiográficos. Uma vez que o conselho editorial da *Temporalidades* é composto, em sua totalidade, por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, procuramos atentar-nos para as questões que afligem nossos colegas. A maioria dos debates suscitados nessa instituição não tratam de temáticas e abordagens de interesse exclusivo de nossa universidade, mas que estão na ordem do dia nas discussões historiográficas de uma maneira mais geral.

Desta maneira surgiu a ideia deste dossiê. Percebemos que a maioria dos projetos de pesquisa dos alunos ingressos no Doutorado em 2016 apontavam, direta ou indiretamente, para abordagens que ultrapassavam as fronteiras nacionais: os estudos da *Global History*, *World History*, *Connected Histories*, *Shared History*, Histórias Comparadas, *Big History*, *Histoire Croisées*, *Atlantic History*, Histórias Transnacionais, Estudos Subalternos, Pós-Coloniais, dentre outros. As ausentes ou preliminares discussões metodológicas e a incerteza quanto à utilização das mesmas também foi uma constante durante os seminários de pesquisa.¹

Ultrapassando nosso microcosmo e analisando trabalhos de historiadores que se colocam como exploradores dessas abordagens, percebemos o mesmo vácuo. As definições e discussões metodológicas ainda carecem de maior atenção, pois as diversas abordagens, ao nosso ver, ainda possuem balizas pouco demarcadas, o que dificulta ou banaliza seu emprego. Diante das inúmeras questões suscitadas e visando contribuir com o crescente interesse de pesquisadores brasileiros em utilizar as mais diversas abordagens que ultrapassam as

¹ Agradecemos ao professor José Newton Coelho Meneses e aos alunos da disciplina Seminários de Tese 2016/1 do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, cujos debates suscitaram a ideia deste dossiê. Agradecemos também à professora Eliana Regina de Freitas Dutra, pelas valiosas reflexões que propôs sobre o tema nessa mesma disciplina e ao professor Fernando V. Aguiar Ribeiro, pelo minicurso ministrado no XII Encontro Internacional da ANPHILAC, intitulado *Global History e História das Américas: debates e perspectivas*.



fronteiras nacionais, a revista *Temporalidades* lança o dossiê *Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas*.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de desenvolvimento capitalista conheceu uma nova fase, profundamente marcada pela grande circulação do capital, expansão das empresas multinacionais e progressiva integração dos mercados de trabalho, mas, também, pelo trânsito de pessoas, informações e bens. Estas experiências foram potencializadas pelos avanços da tecnologia, das telecomunicações e meios de transporte, cuja fluidez se intensificou já em fins do século XX.

A globalização suscitou o levantamento de novas questões nas Ciências Sociais e na Historiografia, as quais passaram a se preocupar com metodologias que dessem conta de uma história-mundo, assumindo uma abordagem que se distanciasse de um viés totalizante. Para isso, os pesquisadores deveriam partir da variação de escalas e focos de análise. Os historiadores, por exemplo, se debruçaram sobre a temática das relações, interações e circulação de pessoas, objetos e ideias para além de fronteiras nacionais/regionais, não somente para analisar a história contemporânea como, também, para os processos históricos referentes ao mundo moderno.

Os pesquisadores elencaram como objetos de pesquisa as migrações, exílios, diásporas, deslocamentos de pessoas, criações de redes de sociabilidades, relações internacionais, intercâmbios comerciais, impérios ultramarinos, políticas imperialistas, processos de globalização e resistências aos mesmos, transformações da cultura material, processos de construções identitárias supranacionais, ocorrência de fenômenos análogos em sociedades distintas, circulações de livros, periódicos, artes, crenças, poder, mitos, ideologias, práticas sociais, transferências culturais, dentre outros.

Essas perspectivas surgiram na década de 1980 com o *Culturalism turn* e suas críticas ao eurocentrismo, que atingia, inclusive, a historiografia.² Adotar a perspectiva nacional para falar do mundial não daria conta das complexas dinâmicas culturais, políticas, econômicas e sociais que se estabeleciam não apenas entre Estados-nacionais, mas também entre

² WERNER, Michel e ZIMMERMANN, Bénédicte. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade. *Textos de História*, Brasília: UNB, vol. 11, n. 1/2, p. 116, 2003. p. 89. Esse texto também possui versão em inglês: Cf. _____. Beyond comparison: histoire croisée and the challenge of reflexivity. *History and Theory*, v. 45 Fev 2006, 30-50.



indivíduos, instituições etc. As fronteiras rígidas dos Estados-nação, adotadas anteriormente como marcos espaciais da maioria das pesquisas historiográficas, passaram a ser questionadas.

Em seu lugar, foram propostos os conceitos de fronteiras como convenções políticas e historiográficas, fluidas, porosas, permeáveis, móveis e chegou-se mesmo a ignorá-las. O historiador indiano Sanjay Subrahmanyam apontou para a existência de diversas esferas de circulação de poder, mitos e ideologias que transcendem as fronteiras dos Estados-nações.³ Para dar conta dessas circulações, foram criadas vertentes historiográficas como a História Comparada, História Conectada, História Cruzada, História Transnacional, dentre outros.

Denominamos Histórias Comparadas àquelas que seguem o método comparativo descrito, entre outros, por Marc Bloch.⁴ Nele, o historiador escolhe dois ou mais fenômenos que contenham certas analogias entre si e, em seguida, constata as semelhanças e diferenças para explicá-los pela aproximação de uns e outros.

Os comparados devem ser, preferencialmente, sociedades vizinhas e contemporâneas, dando, portanto, maior foco a uma análise sincrônica. Buscam, dessa forma, “causas gerais” de fenômenos históricos, construindo modelos que não ignorem as singularidades.⁵ Esta abordagem, entretanto, recebeu diversas críticas e, em resposta a elas, muitas outras foram criadas.

As Histórias conectadas, expressão proposta por Sanjay Subrahmanyam, é uma delas. Segundo a perspectiva de Sanjay Subrahmanyam, a conexão entre as partes do mundo não deveria estabelecer polos, uns determinantes e outros subordinados, nem a comparação paralela, termo a termo, entre dois universos postos em contato de maneira contingente. Segundo Sanjay, essa postura na historiografia acabaria por enfatizar a diferença e a posição de superioridade, separando as espécies humanas em diferentes níveis de civilização, ou seja,

³ SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia. *Modern Asian Studies*, Vol. 31, No. 3, Special Issue: The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800. (Jul., 1997), p. 735-762.

⁴ Para comentários e críticas sobre tal abordagem: PRADO, Maria Lígia Coelho. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional. *Anuário - Universidad Nacional* de Rosário, v. 24, p. 9-22, 2013; SUBRAHMANYAM. Connected Histories; WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada.

⁵ PRADO. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional.



degradando o outro.⁶ Michel Espagne ressalta que a comparação sempre operaria dentro de um ponto de vista nacional, relatando a dificuldade de escapar da visão eurocêntrica e dos modelos dicotômicos.⁷

Nessa outra abordagem, as histórias — ao invés de falar de uma história única e unificada — seriam múltiplas, plurais, estariam conectadas entre si e poderiam comunicar-se umas com as outras.⁸ A História Conectada tem como pressuposto metodológico a variação focal, jogando com diferentes escalas espaciais, fazendo interface entre o local e o regional (micro-nível) e o supra-regional e até o global (macro-nível).⁹

Além disso, ela não deveria fixar coordenadas físicas, sociais e culturais, algo criticado por Sanjay na História Comparada.¹⁰ As próprias teorias, conceitos e modos de vida são pensados no interior de suas sociedades. Fixá-las como parâmetros para comparação em relação a outras sociedades, reforçaria a utopia da universalização e esconderia as singularidades.

A abordagem da História Conectada se limita, principalmente, aos trabalhos que versam sobre os séculos XVI ao XVIII. Não tem muito efeito sobre os séculos XIX e XX, devido ao forte nacionalismo do período, sendo, então, mais adequado, segundo Sanjay, o emprego da História Transnacional, que exploraremos mais adiante.¹¹

Outra abordagem surgida como resposta às histórias comparadas foi a *Histoire croisée* (História Cruzada).¹² Seus formuladores apontam para a perspectiva binária entre diferenças e similaridades da História Comparada para objetos que são historicamente situados e possuem múltiplas e interpenetrantes dimensões. Tal metodologia ignoraria que a própria escala (nação, região, local...) é historicamente construída. Assim como Subrahmanyam, Werner e Zimmermann acusam as histórias comparadas de cristalizar na linguagem e em

⁶ SUBRAHMANYAM. Connected Histories.

⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História* (USP), v. 153, p. 11-33, 2005.

⁸ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001, pp.175-195, p.176

⁹ SUBRAHMANYAM. Connected Histories, p.745.

¹⁰ _____. Connected Histories, p.762.

¹¹ ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. “O gosto pelo arquivo é poliglota. Entrevista com Sanjay Subrahmanyam.” In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p.52-53.

¹² WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.



categorias específicas de análise problemas nacionais a serem analisados, pondo em risco os resultados, uma vez que o ponto de vista de apenas um lado é adotado nessas categorias fixas.¹³

A História Cruzada, por sua vez, focaria no cruzamento entre os objetos de estudo e também entre as escalas, categorias e pontos de vista, promovidas pelo próprio pesquisador. O cruzamento é visto como uma ação voluntária intelectual, o qual define os contornos do estudo, ainda que exista prévia interseção entre os objetos. Essa abordagem contaria, assim, com um triplo procedimento de historicização: do objeto, das categorias de análise e das relações entre o pesquisador e o objeto.¹⁴

Enfatizaria, ainda, naquilo que pode ser gerador de sentido. Diferente dos estudos transculturais, a História Cruzada, estudaria o movimento que partiria de vários pontos e várias direções, não tendo um único ponto de partida e um único ponto de chegada, ou seja, não ocorrendo em linha reta e unidirecional. Além disso, geraria múltiplos efeitos. A palavra chave desta abordagem é interseção.

A História Cruzada seria, portanto, uma abordagem multidimensional da relação de um com o outro e também através do outro, suas interações, circulações, consequências do cruzamento, efeitos e repercussões. Ela leva em conta que, após o contato, cada uma das partes não permaneceria intacta, mas, ainda que alterável, identificável. A circulação de argumentos e a reinterpretação, por exemplo, é realizada de acordo com o contexto nacional. A História Cruzada levaria em conta, dessa forma, de um ponto de vista interno, a mudança de seus componentes e, de um ponto de vista externo, sua especificidade em relação a outras formas possíveis de história.

A História Cruzada se coloca como pertencente à família de abordagens relacionais, juntamente com a História Comparativa, a História Conectada e a *Shared History*. A História Cruzada foi pensada, então, como uma abordagem capaz de articular a comparação, como ferramenta de análise sincrônica, com as transferências, para a diacronia¹⁵.

¹³ WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.

¹⁴ _____. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.p90.

¹⁵ As transferências privilegiariam, segundo os autores, a perspectiva diacrônica, pois são o estudo do processo de transformação, fixando um ponto de referência que inclui ponto de partida e de chegada. As categorias de



Ela poderia ser aplicada, ainda, aos problemas de História Transnacional. O transnacional, na abordagem das Histórias Cruzadas, é visto como um nível de intercessão com os outros – local, regional e nacional – produzindo suas lógicas próprias.

Isso nos leva a indagar a última categoria proposta no título deste dossiê: A História Transnacional. Surgida entre os estudos migratórios, ela visaria não comparar sociedades, mas dar conta dos intercâmbios realizados entre elas. Enfatizaria as redes, as crenças, as instituições que transcendem o espaço nacional.¹⁶ Poderia ser identificada como transferência ou movimento de capital ou bens, mas, principalmente, de pessoas, ideias e práticas. É importante ressaltar que, embora os laços transnacionais possam dissolver algumas barreiras nacionais, eles, simultaneamente, fortalecem ou criam outras.¹⁷ Os estudos transnacionais não devem, portanto, relativizar ou suprimir os conflitos.

Não necessariamente a História Transnacional se opõe à perspectiva dos Estados-nações. As práticas do internacionalismo, transnacionalismo, multinacionalismo, além das políticas internacionais, nacionais e regionais, coexistem.¹⁸

Segundo Clavin, uma relação transnacional se configura pelas trocas, contatos e colisões entre pelo menos um dos membros, sendo uma organização não-governamental e um encontro que se estende por países diferentes. Essa definição não exclui que pelo menos um dos atores possa ser uma agência governamental, mas tira desse o direto e exclusivo controle sobre a interação.¹⁹ Nessa perspectiva, os estudos transnacionais não analisam apenas como as relações das comunidades transnacionais foram criadas, mas também como elas são sustentadas e mudam.²⁰ Ainda segundo essa autora, a História Transnacional oferece mais uma nova perspectiva de pesquisa do que uma metodologia revolucionária.

análise, por sua vez, são invariáveis, partindo de diferentes perspectivas nacionais e criando modelos estáticos. O principal objetivo dos estudos transculturais seria mostrar que as fronteiras são permeáveis e indeterminar o mito da homogeneidade das unidades nacionais. Cf WERNER; ZIMMERMANN. Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade, p.93-95.

¹⁶ PRADO. América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional, p.19.

¹⁷ CLAVIN, Patricia. Defining Transnationalism. *Contemporary European History*, vol 14, n 04, pp.421-439, 2005, p.431.

¹⁸ _____. Defining Transnationalism, p.425;432.

¹⁹ _____. Defining Transnationalism, p.425.

²⁰ _____. Defining Transnationalism, p.438.



Após apresentar, ainda que minimamente, as abordagens que orientaram a publicação deste dossiê, consideramos importante reafirmar nossa percepção que, por mais que elas possuam diferenças, se aproximam muito. Segundo Maria Ligia Prado, a escolha da História Comparada não excluiria a abordagem da História Conectada, podendo ser utilizadas de forma complementar.²¹ A História Cruzada, por sua vez, se coloca como herdeira da História Comparada e da Conectada, e como uma abordagem plausível de ser empregada nas análises Transnacionais. A História Transnacional não visa eliminar as perspectivas nacionais, regionais ou locais.

Longe de pretendermos esgotar tais questões ou trazeremos respostas prontas aos debates, visamos, com este dossiê, suscitar discussões metodológicas sobre essas abordagens, que muitas vezes estão ainda preliminares ou mesmo ausentes em pesquisas que pretendem valer-se das mesmas. Procuramos contribuir com e problematizar tais abordagens historiográficas.

Embora não possa ser considerado recente — vide, por exemplo, a obra de Maria Helena Capelato de comparação entre o Estado Novo brasileiro e o regime peronista, resultado de sua tese de livre-docência defendida em 1997²²; e a tese de José Luis Bendicho Beired, defendida em 1996, uma abordagem também comparativa entre Brasil e Argentina acerca do autoritarismo e do nacionalismo no campo intelectual na primeira metade do século XX²³, o interesse no Brasil por essas abordagens que ultrapassam as fronteiras nacionais aumentou consideravelmente.

Em um exercício de historicização de nossa profissão, consideramos que, muito mais que modismo, talvez os critérios de internacionalização das pesquisas e a facilitação de acesso à informação, tanto por meio da valorização de uma etapa estudantil no exterior, por meio de intercâmbios e mobilidades, mas também com a democratização ao acesso a diversos arquivos, por meio do processo de digitalização dos mesmos, tenham contribuído para tais mudanças de abordagens.

²¹ PRADO. Repensando a História Comparada da América Latina, p.30.

²² CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. 2ª edição. São Paulo: Ed. Unesp, 2009

²³ BEIRED, J. L. B.. *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. 1. ed. São Paulo: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP, 1999. 295p.



A existência de um mundo mais integrado e globalizado certamente também contribui para tal mudança. Segundo Gruzinski, “o processo de globalização está mudando inelutavelmente os quadros do nosso pensamento e, por conseguinte, as nossas maneiras de revisitar o passado.”²⁴

É importante destacarmos que, se por um lado o mundo encontra-se mais integrado, por outro, não podemos considerá-lo menos excludente. Os estudos pós-coloniais e subalternos possuem relevante importância, nesse âmbito, para denunciar as dominações e subjugações naturalizadas, inclusive na historiografia, sob a égide de universalismo, por exemplo. Os últimos debates acerca da aceitação dos refugiados, das intolerâncias religiosas e as críticas às ajudas financeiras por parte de governos Estadais a outros países demonstram o quanto as fronteiras nacionais ainda são vistas acima da humanidade. No mundo globalizado, falta respeito à alteridade.

Segundo Pierre Boucheron, a própria mundialização é, concomitantemente, um processo histórico e um discurso que a acompanha e a justifica. Caso o historiador subtraia em suas análises o conflito subjacente a esse processo, estará, segundo ele, dando continuidade ao sonho de uma história universal.²⁵ Dessa forma, não podemos pensar só na abertura do mundo e nas trocas e conexões, mas também nas assimetrias e dominações²⁶, pois o mundo é, a um só tempo, conectado e desigual.²⁷ Portanto, concordamos com a afirmação de Burbank e Cooper, de que “mais que um mundo do encontro, é o encontro entre mundos o objeto do estudo”.²⁸

Não podemos deixar de agradecer ao professor Dr. José Luis Bendicho Beired, que prontamente se dispôs a contribuir com nossa Revista. Temos a honra de contar, neste dossiê, com uma entrevista concedida pelo mesmo, que acreditamos ser de extrema relevância para quem pesquisa a História para além das fronteiras nacionais. Além de

²⁴ GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, mar.2001, pp175-195, p.178

²⁵ BOUCHERON, Patrick. “O entreter do mundo”. In: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

²⁶ GRUZINSKI. Os mundos misturados das monarquias católicas e outras connected histories.

²⁷ BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. “Um mundo de impérios”. IN: BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas (orgs). *Por uma história-mundo*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

²⁸ _____. “Um mundo de impérios”, p.57



propormos reflexões teóricas e metodológicas ao professor Beired, o indagamos sobre a historicização do tema, o fazer-se História no Brasil contemporâneo e as possíveis relações entre o pensamento autoritário no Brasil e na Argentina na primeira metade do século XX e o momento atual pelo qual as Américas passam.

Agradecemos ainda a professora Dra. Kátia Gerab Baggio, pertencente ao Programa de Pós-Graduação da UFMG e ao Conselho Consultivo da UFMG, que generosamente se dispôs a redigir o texto de apresentação deste dossiê. Kátia Baggio é graduada (1986), mestre (1992) e doutora (1999) em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Em seu Mestrado, estudou o Partido Nacionalista de Porto Rico, entre 1922 e 1954, e em seu Doutorado debruçou-se sobre as interpretações acerca da América Latina e do pan-americanismo entre intelectuais brasileiros na Primeira República. Atualmente, a professora investiga as viagens de intelectuais brasileiros a outros territórios latino-americanos, assim como os intercâmbios intelectuais entre hispano-americanos e brasileiros.

O dossiê temático apresentado nesta edição da Revista *Temporalidades* é composto por nove artigos e uma transcrição comentada que, de alguma maneira, não apenas tratam de experiências históricas que ultrapassam as fronteiras estabelecidas, mas também incorporam em sua análise os trânsitos, trocas, conexões e rupturas entre distintos espaços e em contextos diversos. Quatro destes artigos utilizaram a metodologia da comparação, um usou os instrumentos possibilitados pelo transnacionalismo, um trabalha com as histórias conectadas, um analisa os cruzamentos entre realidades distintas e os outros dois trataram de objetos e temas que envolveram um recorte supranacional de análise. A transcrição comentada, por sua vez, se vale da História Transatlântica.

João Ítalo de Oliveira e Silva (UFMG) realizou um balanço historiográfico sobre a imigração chinesa na América Latina, especificamente para Cuba, México e Peru. O autor percebeu que a historiografia brasileira focou na experiência nacional e apresentou uma defasagem em estudar as ligações entre a comunidade chinesa no Brasil e em outras regiões, ao passo que mostrou como o debate sobre a imigração asiática ganhava mais espaço ao longo do século XIX, atingia escala supranacional e era um importante tema em diversos países.



Buscando superar este vazio na historiografia nacional, João Ítalo se valeu das possibilidades abertas pela história transnacional, teoricamente debatida pelo autor e bem incorporada ao seu objeto de estudo, para refletir sobre possíveis caminhos para as pesquisas sobre este assunto. Desta maneira, o autor propõe a observação das interconexões existentes entre as comunidades diaspóricas chinesas, adotando um marco supranacional e sugerindo o foco analítico nos vínculos e diálogos tão caros para a perspectiva transnacional.

Por sua vez, Luan Aiuá Vasconcelos Fernandades (UFMG) utilizou-se da metodologia da história comparada para analisar o governo de João Goulart no Brasil e de Salvador Allende no Chile. Partindo de aspectos gerais de ambas as experiências, Luan compara a natureza das reformas pretendidas e levadas a cabo pelos dois governos, seus embates políticos, a ação dos militares em sua derrubada e a participação estadunidense na formulação dos golpes. Para efetuar sua pesquisa, o autor parte de um consistente debate sobre o comparativismo que remonta à Marc Bloch, aponta para os cuidados necessários para esta atividade, como a crítica ao etnocentrismo presente em modelos genéricos e *apriorísticos* de análise que apagam as especificidades nacionais, para, por fim, ressaltar a importância do método comparativo no teste de hipóteses explicativas e na descoberta de singularidades em processos históricos distintos.

O artigo de Matheus Carletti Xavier (UFOP) investigou comparativamente a construção da cidadania nos Estados Unidos e Brasil atreladas à instituição da escravidão, às ideias de raça no período de sua construção e permeada por uma ideologia racista amplamente disseminada no século XIX, com o objetivo de mostrar como a reformulação da cidadania esteve fortemente vinculada à discriminação racial. Carletti mostra que estes dois países, com processos históricos distintos em vários aspectos, apresentaram características semelhantes que constituíram fortes obstáculos para a construção de uma cidadania plena e convergiam em relação à discriminação racial advinda da escravatura e das teorias raciais utilizadas para sustentá-la.

Seguindo a perspectiva comparada, o texto de Fernando Vianini (UFJF) abordou a trajetória da indústria automotiva no Brasil e na China nas décadas de 1950 e 1960. O autor comparou as políticas estatais praticadas pelo governo de Juscelino Kubitschek e pelo Partido Comunista Chinês, cujo objetivo era desenvolver um setor automotivo doméstico, aspecto



importante para o desenvolvimentismo levado a cabo em ambos os países. Fernando conclui que, apesar das semelhanças em alguns pontos deste processo, as especificidades na implantação dos setores automotivos nestes países produziram legados distintos: o privilégio concedido pelo Estado brasileiro ao capital internacional, que inicialmente alavancou o processo de industrialização, mas foi logo seguido pelo aprofundamento da concentração de renda e transferência de recursos para o exterior, ao passo que os chineses utilizaram o auxílio estrangeiro para construir um setor automotivo de propriedade estatal, embora sua produção fosse muito limitada em seus primórdios.

Encerrando a perspectiva comparativa, Marina Rockenback de Almeida (UERJ/UFF) retornou à antiguidade clássica grega para investigar a introdução do culto da deusa Ísis em Atenas por meio das intensas relações comerciais entre helenos e egípcios. A autora percebeu o método comparativo não apenas como uma forma de extrapolar os estudos locais e regionais ou como instrumento para analisar similitudes, diferenças e proximidades, mas também uma abordagem que estimula os contatos interdisciplinares, por romper com o paradigma da comparação apenas entre elementos comparáveis, aproximando, por exemplo, historiadores e antropólogos. Desta maneira, ao compreender o espaço como um *lugar antropológico* e reafirmar a fluidez das fronteiras físicas e imaginárias, Marina defende que o Pireu, região portuária ateniense e importante local da comunidade, se configurou como uma área de mediação cultural, um espaço multicultural onde os intercâmbios eram possíveis entre cidadãos atenienses, estrangeiros e metecos, estrangeiros que viviam em Atenas, o que possibilitou a consolidação do culto a Ísis na *polis*.

O artigo de Ana Paula Sena Gomide (UFMG) acompanhou a linha das histórias conectadas proposta por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, tratando dos modos de classificar e hierarquizar indivíduos provindos da Índia portuguesa nos séculos XVI e XVII, cujos critérios de estratificação social moldaram os encontros entre portugueses e nativos. A autora discute termos como "casados", "mestiços" e "castiços" e seus usos por agentes da Coroa e por membros da Companhia de Jesus. Ao mostrar as tentativas de hierarquização de agentes imperiais portugueses e ressaltar as dinâmicas de mestiçagem, sem perder de vista as resistências da elite local em se enquadrar nestas classificações, Ana Paula defende que as categorizações dentro da sociedade portuguesa foram sendo transformadas pelas realidades coloniais.



Fellip Agner (UFSJ) trabalhou em outra perspectiva ao discutir conceitos culturais como americanidade, americanização, mestiçagem e entre-lugar, surgidos a partir do encontro entre colonizadores e nativos na América Latina e, em menor escala, na África do Sul. A partir do deslocamento das fronteiras e dos cruzamentos entre culturas distintas, potencializados pela experiência histórica moderna, o autor aponta para fatores constitutivos de uma identidade pós-colonial em nações que se localizam nestes espaços, bem como a presença de uma cultura híbrida e heterogênea nascida após estes encontros.

Fernanda Müller Corrêa (Unisinos) estudou os conflitos surgidos a partir da intolerância à imigração. A autora parte do tema da imigração muçulmana e o aumento da pluralidade cultural na sociedade francesa contemporânea, especialmente a partir de 1975, para discutir como o conceito de laicidade na França é utilizado para legitimar práticas excludentes e para fortalecer um ideal de homogeneização social. Após uma análise do processo de desenvolvimento da laicidade francesa, Fernanda coloca em foco o debate reacendido por uma migração de sujeitos que têm nas práticas religiosas um importante elemento para sua vida pública, e se vale do conceito foucaultiano de biopoder para evidenciar a presença de um racismo levado a cabo pelo Estado francês e suas políticas que visam disciplinar e normatizar a sociedade.

Já Juliana Torres Rodrigues Pereira (USP) tem como tema a disputa dos prelados ibéricos pela afirmação dos bispos como protagonistas da Reforma da Igreja Católica no século XVI. Ao longo de sua análise, a Igreja Católica aparece como uma instituição que, apesar de fortemente entrelaçada ao Estado, transcendia as fronteiras geográficas. Desta maneira, o embate entre o Papado e o episcopado era também um conflito político pelo poder sobre os territórios e dioceses dentro do espaço da cristandade.

Clara Abrahão (UFMG) publica uma transcrição comentada de um processo movido no Tribunal do Santo Ofício contra os escravos Domingos e Gonçalo, realizado em grande parte no Recife, Pernambuco, entre os anos de 1779 e 1883. Comenta, então, sobre um senhor que acusa seu escravo de enfeitá-lo, munindo-se metodologicamente da *Black Atlantic* e da Micro História.

Além de trazer este importante dossiê temático, nesta vigésima primeira edição a Revista *Temporalidades* temos o prazer de informar aos nossos leitores a transição para o *Open*



Journal Systems, traduzido e customizado sob o nome Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER. Com esta modificação esperamos melhorar as atividades de editoração da *Temporalidades* e implementar a qualidade de nosso periódico de acordo com as recomendações da CAPES, além de adotar padrões editoriais internacionais para publicações totalmente eletrônicas. Agradecemos aos funcionários da Incubadora de Periódicos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais e aos técnicos desta mesma instituição que nos ofereceram apoio e hospedagem gratuita, fundamentais para esta iniciativa discente.

O crescente sucesso da Revista *Temporalidades* não é fruto apenas do trabalho árduo de seus integrantes, renovados anualmente, e do talento de seus colaboradores, mas também do suporte oferecido pelo funcionalismo público relacionado ao ensino e pesquisa. A empreitada iniciada em 2009 por esta revista estaria fadada ao fracasso caso não houvesse colaboração por parte da Universidade Federal de Minas Gerais e de seu Programa de Pós-Graduação em História, assim como outras entidades vinculadas ao ensino e à pesquisa.

A revista recebe apoio instrumental e técnico da universidade à qual está ligada, se vale de seus equipamentos e espaços comuns, conta com apresentações e pareceres concedidos por professoras e professores de diversas instituições e todos os membros de seu atual Conselho Editorial recebem bolsas de instituições de fomento à pesquisa, notadamente CAPES/PROEX e CNPq. Da mesma maneira, os colaboradores da revista são estudantes de diversas instituições públicas e privadas, muitos dos quais contam com bolsas de fomento à pesquisa, além de professoras e professores das mais variadas instituições de ensino. Como na maioria dos periódicos científicos no Brasil, o financiamento público e os investimentos em educação e pesquisa são cruciais, direta e indiretamente, para as atividades da *Temporalidades*.

Neste sentido, seus conselheiros e conselheiras sentem-se impulsionados a comentar sobre a crítica situação em que vive o país nos últimos meses, confirmam seu compromisso com o ensino básico e superior público, gratuito e de qualidade, ao passo que rechaçam a desestruturação da educação, da universidade, da pesquisa e da ciência recentemente promovidos por setores conservadores da sociedade brasileira e pelo governo ilegítimo de Michel Temer.



Em seu segundo mandato, iniciado em 2015, a administração liderada pela presidenta reeleita Dilma Rousseff iniciou uma série de cortes nas verbas destinadas à universidade e à pesquisa. Após sua destituição, o governo de Temer intensificou este ataque. Em maio de 2016, anunciaram a fusão da pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação com a de Comunicações, conformando então o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com Gilberto Kassab à sua frente, ação bastante criticada por instituições dedicadas ao progresso da ciência e expansão das pesquisas, elementos fundamentais para o desenvolvimento nacional.²⁹

Neste mesmo mês, o Ministério da Educação, dirigido por Mendonça Filho (DEM/PE), tornou pública, por meio do Diário Oficial da União, a suspensão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para nove instituições, além de impedir a concessão de novas bolsas para programas de incentivo à educação e à profissionalização, como o Fies, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).³⁰

Em agosto do mesmo ano, o governo de Michel Temer comunicou um corte de 18% no custeio e de 45% dos investimentos no ensino superior federal, prejudicando a capacidade das universidades para comprar equipamentos, executar obras, pagar seu pessoal terceirizado, trazer professores para bancas de qualificação e defesa de Mestrado/Doutorado, efetuar trabalhos de campo, financiar eventos e manter o funcionamento adequado, além de comprometer os programas de expansão e permanência no ensino superior que promoviam acesso às camadas desfavorecidas da população brasileira e maior diversidade à academia.³¹

O Projeto de Emenda à Constituição 241, apresentado no dia 15/06/2016, propôs o congelamento de gastos públicos por 20 anos, com o intuito de controlar a dívida pública.³²

²⁹ Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/materias/detalhe.php?id=5077>. Acesso em: 19/09/2016.

³⁰ Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/05/2016&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=104>. Acesso em : 19/09/2016

³¹ Disponível em:

<http://www.andifes.org.br/mec-anuncia-corte-de-20-no-orcamento-2017-das-universidades-federais/> e http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2016/08/12/internas_educacao,793358/novo-corte-de-verbas-deixa-universidades-federais-alarçadas.shtml. Acesso em: 19/09/2016.

³² Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 25/09/2016.



Seu argumento se fundamenta na problematização de políticas econômicas procíclicas:

O atual quadro constitucional e legal também faz com que a despesa pública seja procíclica, ou seja, a despesa tende a crescer quando a economia cresce e vice-versa. O governo, em vez de atuar como estabilizador das altas e baixas do ciclo econômico, contribui para acentuar a volatilidade da economia: estimula a economia quando ela já está crescendo e é obrigado a fazer ajuste fiscal quando ela está em recessão.³³

Entretanto, ao não reajustar anualmente os investimentos destinados às áreas fundamentais, o governo deliberadamente sucateia o serviço público necessário a uma população cuja tendência é crescer nos próximos anos. No âmbito da educação básica, isto implica uma entrada maior de estudantes e um gasto necessariamente mais elevado, ao passo que o dinheiro aplicado seguirá o mesmo.

Associada ao desmonte da universidade pública e diminuição do acesso ao ensino superior, está a precarização do ensino básico: no dia 23/09/2016, o governo federal estabeleceu a Medida Provisória 746, que trata reforma do ensino médio, buscando enxugar os gastos com o ensino e conceder maior flexibilidade aos currículos. Além de aumentar a carga horária, as escolas ofertariam menos disciplinas ao longo do ensino médio e os estudantes teriam a possibilidade de aprofundamento em áreas específicas, além de criar a oportunidade de um diploma duplo, de ensino médio e técnico.³⁴

Dentro deste modelo, o estudo de artes e a prática da educação física seriam obrigatórias apenas no ensino infantil e fundamental. Desta maneira, o governo não apenas privaria as classes mais humildes de uma formação completa, mas também subordinaria a escola aos interesses do mercado, organizando o ensino a partir de uma divisão social-econômica do trabalho.³⁵ O uso de uma medida provisória, previsto pela constituição federal como uma ação urgente, relevante e excepcional, reforça o caráter excludente e autoritário de uma reforma que não foi discutida entre professores, educadores e estudantes, tampouco fruto de estudos e pesquisas sobre seus impactos e possibilidades. Acreditamos que o

³³ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 25/09/2016.

³⁴ Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=23/09/2016>. Acesso em: 25/09/2016.

³⁵ Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/com-iminencia-de-implementacao-de-reforma-curricular-no-ensino-medio-pesquisadores-apontam>. Acesso em: 19/09/2016.



governo federal parte um princípio legítimo, a necessidade do debate sobre melhoras no sistema de ensino e do enfrentamento a dificuldades históricas encontradas pelas escolas brasileiras, mas propõe uma solução que sucateará a educação e dificultará a formação de cidadãos.

Não bastasse o desmantelamento da educação nacional, observamos ainda o crescimento de setores conservadores que desejam controlar o ensino e submetê-lo aos seus interesses. Há pouco tempo, estes grupos, com especial ênfase na chamada Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados, se opunham ferrenhamente às políticas de ensino que visavam promover o debate sobre a diversidade em seus mais variados aspectos.

Recentemente, o Projeto de Lei do Senado 193/2016³⁶, de autoria do senador Magno Malta (PR/ES), que visa acrescentar nas diretrizes e bases da educação o programa "Escola Sem Partido", tem conseguido agrupar estes conservadores sob a bandeira do combate a uma pretensa doutrinação ideológica, denominada "ideologia de gênero", e suposta esquerdização do ensino público, reavivando a paranoia anticomunista que marca a sociedade brasileira desde a instauração do Estado Novo.

Pautados na falácia de um ensino apolítico, não ideológico e fundamentado em conteúdos morais, aqueles que advogam a "Escola Sem Partido" buscam instrumentalizar a educação segundo seus princípios e afastar das salas de aula discursos que combatem a intolerância religiosa, o sexismo, o racismo e os preconceitos de gênero e classe. Seus defensores proclamam o fim de uma escola politizada, imoral e abusiva para estudantes considerados seres incapazes de exercer a crítica, mas ocultam o que representa a "Escola Sem Partido": a censura, o controle ideológico, a estigmatização da figura de professores e professoras, o enraizamento do senso comum, a reprodução de discursos violentos e a supressão de vozes críticas aos problemas cotidianos.

No campo do ensino de História, o programa do movimento "Escola Sem Partido" reafirma a construção de uma história narrada pelos vencedores, a repetição das narrativas oficiais, o apagamento das alternativas e, no limite, a tentativa de controle da memória e de outros discursos sobre o passado. Faz-se da escola, assim, um instrumento de modelação dos

³⁶ Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 19/09/2016.



estudantes segundo uma hegemonia dominante, ao passo que sua concepção como lugar de desenvolvimento do pensamento crítico é totalmente afastada.

Como historiadoras, historiadores, estudantes, professores e professoras comprometidos com a construção de uma educação voltada para formação de cidadãos críticos e autônomos, os membros do atual Conselho Editorial da Revista *Temporalidades* rechaçam ferrenhamente a precarização do ensino público e as tentativas de censura e controle advindas de grupos antagonistas ao progressismo: NÃO ao ajuste, NÃO ao desmonte da escola e universidades públicas e NÃO ao absurdo projeto "Escola Sem Partido".

Nosso compromisso com a edificação de uma sociedade mais igualitária, livre e justa nos leva também a condenar a ruptura democrática e o golpe jurídico e parlamentar amplamente apoiado pela grande mídia contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita com mais de cinquenta e quatro milhões de votos em 2014. Produto da distorção da Constituição de 1988 e de conspirações espúrias entre os principais meios de comunicação, membros do judiciário e indivíduos que representam a velha política brasileira, o governo encabeçado por Michel Temer pratica sistematicamente o ajuste fiscal sobre os setores mais vulneráveis da população brasileira, privilegia aqueles que historicamente sempre ocuparam as mais altas hierarquias e ataca os direitos sociais conquistados após anos de luta, ao passo que prepara uma ofensiva contra os direitos trabalhistas, antigo sonho de nossas elites após o Estado Novo. Contra o retrocesso representado pelas ações do Estado brasileiro após o golpe consumado em 31 de agosto de 2016, os membros de *Temporalidades* dizem NÃO ao governo de Michel Temer.

O Conselho Editorial deseja a todos uma excelente e prazerosa leitura e reafirma:
Fora Temer!



Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2016.

Marina Helena Meira Carvalho – Doutoranda em História pela UFMG

Thiago Henrique Oliveira Prates – Doutorando em História pela UFMG